

BANCO SEMEAR S.A.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2023/071

Aos

Administradores e aos Acionistas do

Banco Semear S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Banco Semear S.A.** (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Semear S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **Banco Semear S.A.** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade e a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

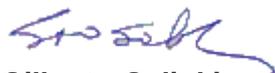
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de março de 2023.



Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Semear, em conformidade com a legislação em vigor, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, juntamente com as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

O Banco Semear, banco múltiplo, de capital fechado, com atuação em todo o território brasileiro, é focado nos segmentos de pessoa física e pessoa jurídica, atuando com operações de crédito e serviços financeiros.

No segmento de pessoa física, Negócio Varejo, o Banco atua diretamente no financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal (EP), por meio de redes varejistas regionais, e com estratégia clara de pulverização desta base através de ampliação de novas parcerias operacionais.

No segmento de pessoa jurídica, Negócio Empresa, o Banco atua majoritariamente com empresas de médio e pequeno porte em financiamentos de curto e médio prazo, com operações de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis. A estratégia de atuação focou na pulverização da carteira, privilegiando operações performadas e a qualidade das garantias recebidas. O Banco oferece, também, o Negócio Câmbio atuando junto a empresas importadoras e exportadoras de pequeno e médio porte (que possuam direito e obrigações no exterior – derivadas de serviço ou do comércio de produtos) com operações de Câmbio Pronto.

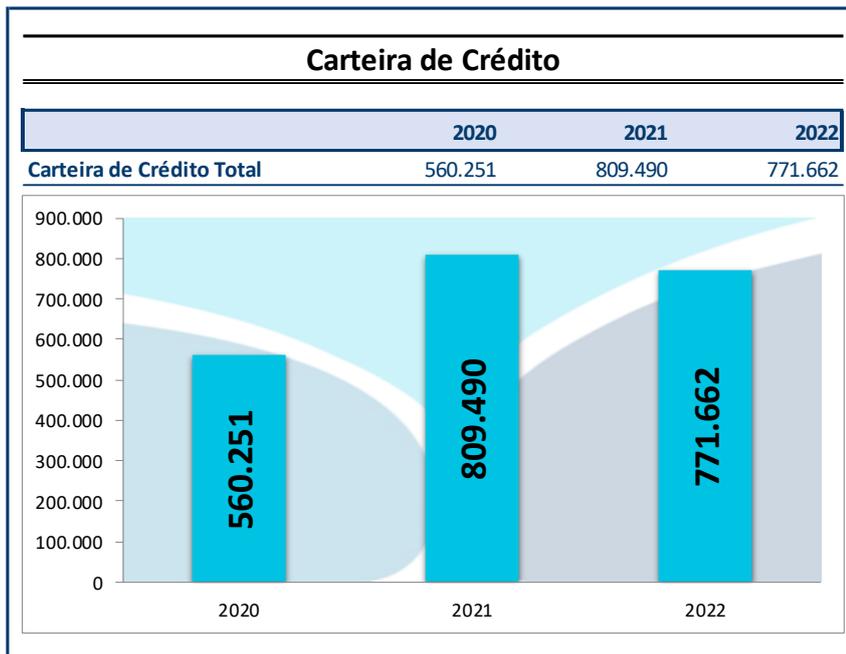
O ano de 2022 foi extremamente desafiante pela deterioração do crédito para o nosso perfil de cliente. A pressão inflacionária catalisada por dois anos de pandemia, aliada a guerra deflagrada entre a Rússia e a Ucrânia, retirou a capacidade de pagamento de nossos clientes. Toda a nossa modelagem de crédito e estratégia de concessão teve que se modificada, priorizando a recuperação de ativos e a busca por um perfil mais qualificado para uso do crédito. Além disso expandimos a carteira do Negócio Empresa, aproveitando a crescente necessidade do segmento atendido.

O Planejamento Estratégico alinhado ao foco de atuação, para os próximos anos, permanece com forte investimento na infraestrutura, inserção no universo digital, em especial voltado para expansão de operações no mercado de meios de pagamentos, fortalecimento da Governança Corporativa e continuidade de ampliação do portfólio de produtos e serviços para melhor atender os nossos clientes.

Desempenho Operacional

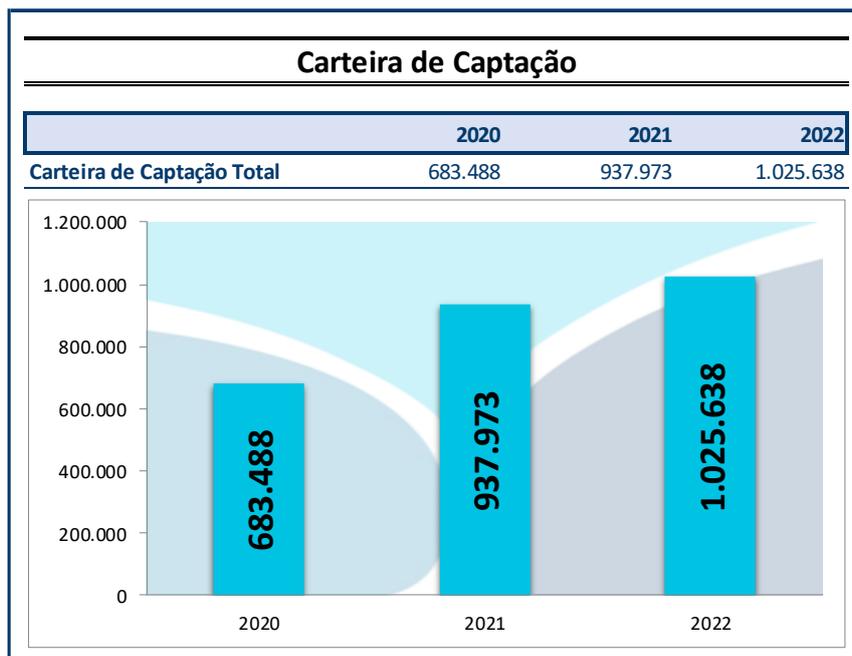
Carteira de crédito:

A carteira de crédito Pessoa Física representa 59,2% da carteira total, e a carteira varejo 54,8%, sendo que o Crédito Direto ao Consumidor (CDC) representa 46,4% e o Empréstimo Pessoal (EP) 8,4%. A carteira de crédito Pessoa Jurídica representa 40,8% do total e é composta por Capital de Giro e Antecipação de Recebíveis, sendo o primeiro o principal produto da carteira, representando 35,4%. A carteira imobiliária fechou o ano representando 4,4% da carteira de crédito total do banco.



Captações

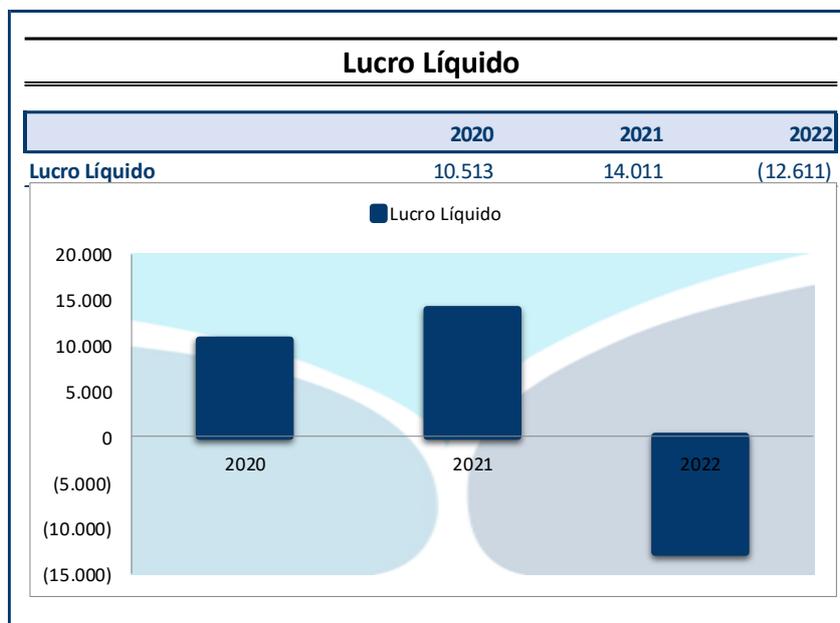
Nas captações, o Banco teve um crescimento em relação ao ano anterior. A carteira de captação totalizou R\$1.025,6 milhões, pulverizadas entre correntistas e distribuidores, emitidos com prazo de liquidez alongados, sendo que os CDBs continuam sendo a principal fonte de captação. O incremento ocorrido entre os anos de 2021 e 2022 ocorreu com o intuito de aumentar o caixa do banco diante do aumento da demanda por crédito e aumento no número de empresas e varejistas atendidos.



Desempenho Econômico-Financeiro

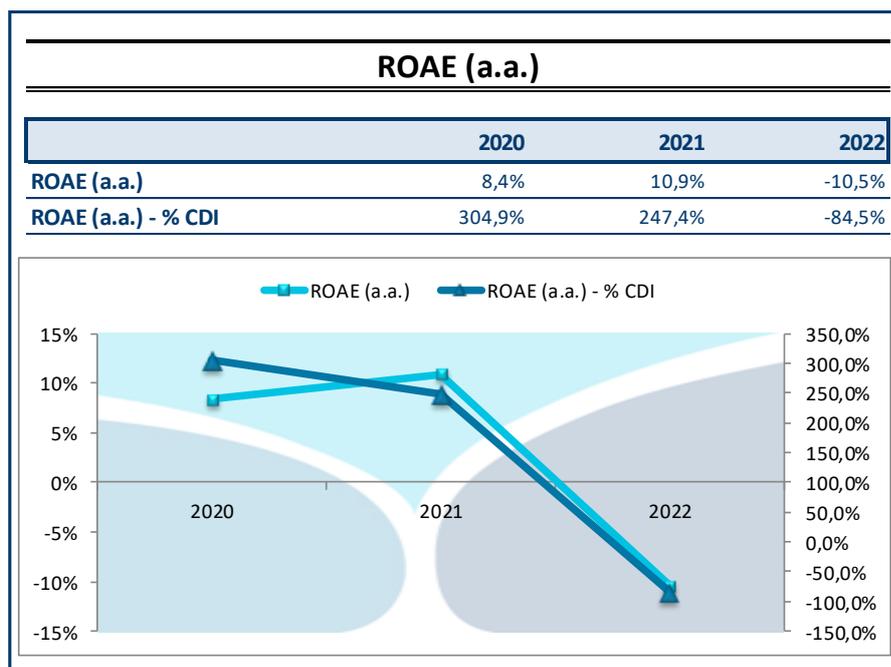
Lucro Líquido

O Banco Semear fechou o ano de 2022 apresentando um resultado contábil negativo no montante de R\$12,6 milhões, contra um resultado positivo ocorrido no ano de 2021.



Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 10,5% a.a. negativo.



Resultado bruto de intermediação financeira

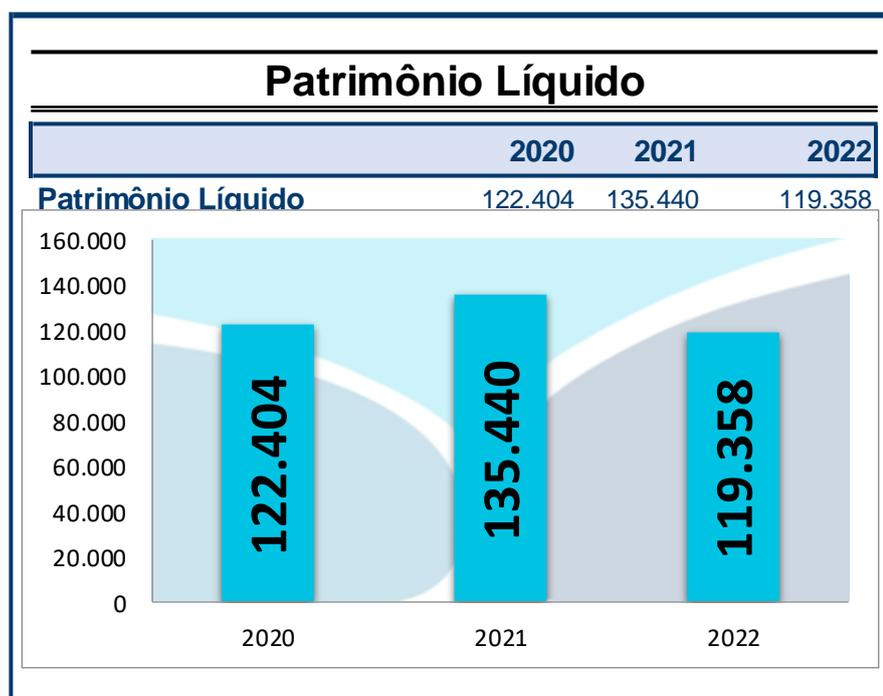
O resultado de intermediação financeira, antes da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, fechou o ano de 2022 em R\$189,3 milhões, representando um acréscimo de R\$64,5 milhões em relação ao ano de 2021.

O resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, fechou o ano de 2022 em R\$144,4 milhões, representando um acréscimo de R\$106,6 milhões em relação ao ano de 2021.

Desempenho Patrimonial

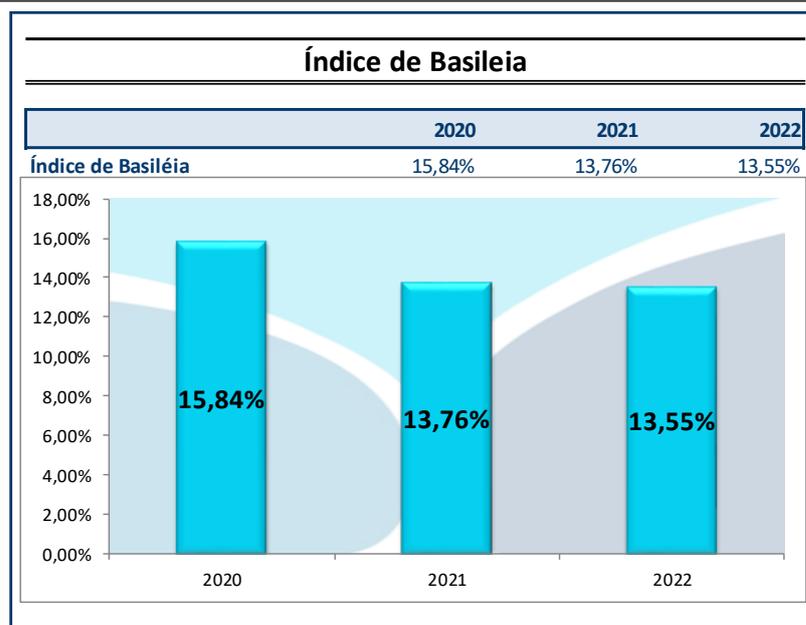
Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o ano de 2022 em R\$119,4 milhões, contra um montante de R\$135,4 milhões no ano de 2021.



Índice da Basileia

O índice de Basileia apurado no final do ano de 2022 foi de 13,55%, mantendo-se a estrutura de capital confortável e sustentável para suportar eventuais riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos exercícios.



Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital que demonstra a necessidade frente ao atendimento dos limites operacionais vigentes, bem como em face aos riscos, aos quais, a instituição está sujeita, considerando as metas de crescimento e os planos de ações para tornar factível o cumprimento do planejamento estratégico. A gestão é realizada de forma segregada das unidades de negócios e as políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo que suas diretrizes são conduzidas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

Agradecimentos

Apesar de um contexto de mercado com pequeno crescimento e os efeitos adversos na economia com inflação crescente, os resultados alcançados principalmente no segundo semestre de 2022 (um lucro de R\$ 1,5 MM) refletem a gestão positiva e eficiente de nossas operações, com busca de novas soluções para os nossos clientes, mitigação de riscos e diversificação dos negócios. Assim, ensejamos uma ótima perspectiva para os próximos anos.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores e parceiros pela confiança.

A Administração.

BANCO SEMEAR S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		932.682	866.842
Caixa e equivalentes de caixa	4	98.463	87.738
Instrumentos financeiros		832.194	770.637
Títulos e valores mobiliários	6	124.949	110.700
Relações interfinanceiras	7	114.240	334
Depósitos no Banco Central		114.216	312
Correspondentes		24	22
Carteiras de crédito	8	583.703	651.082
Operação de crédito		641.249	661.493
Outros créditos com característica de concessão de créditos		48.169	26.281
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(105.715)	(36.692)
Outros ativos financeiros	9	9.302	8.521
Rendas a receber		49	862
Diversos		9.640	7.930
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(387)	(271)
Outros ativos	11	2.025	8.467
Outros valores e bens		435	6.550
Despesas antecipadas		1.590	1.917
Não circulante		274.323	276.862
Instrumentos financeiros		108.480	133.553
Carteiras de crédito	8	74.868	114.812
Operação de crédito		54.684	85.206
Outros créditos com característica de concessão de créditos		27.560	36.510
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(7.376)	(6.904)
Outros ativos financeiros	9	33.612	18.741
Rendas a receber		102	-
Diversos		36.295	21.526
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(2.785)	(2.785)
Créditos tributários	10	105.867	89.830
Investimentos	12	2.242	551
Imobilizado de uso	13	743	929
Outras imobilizações de uso		2.521	2.431
(-) Depreciação acumulada		(1.778)	(1.502)
Intangível	14	456	373
Ativos intangíveis		3.165	2.900
(-) Amortização acumulada		(2.709)	(2.527)
Outros ativos	11	56.535	51.626
Outros valores e bens		48.074	46.060
(-) Provisão para desvalorizações		(810)	(1.310)
Despesas antecipadas		9.271	6.876
Total do ativo		1.207.005	1.143.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO SEMEAR S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		243.377	386.355
Passivos financeiros		243.377	386.355
Depósitos	15	210.897	334.641
Depósitos à vista		29.385	22.210
Depósitos a prazo		181.512	312.431
Recursos de aceites e emissão de títulos	16	3.246	12.619
Relações interfinanceiras		1	2
Outros passivos financeiros	18	29.233	39.093
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		422	792
Fiscais e previdenciárias		2.496	3.489
Carteira de Câmbio		22	156
Diversas		26.293	34.538
Receitas antecipadas		-	118
Não circulante		844.270	621.909
Passivos financeiros		816.600	594.680
Depósitos	15	804.216	590.713
Depósitos a prazo		804.216	590.713
Recursos de aceites e emissão de títulos	16	3.219	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	17	4.060	-
Outros passivos financeiros	18	5.105	3.967
Fiscais e previdenciárias		221	57
Diversas		4.884	3.514
Receitas antecipadas			396
Provisões	19	27.670	27.229
Patrimônio líquido	20	119.358	135.440
Capital social		113.068	112.236
De domiciliados no país		112.236	106.711
Aumento de capital		832	5.525
Reserva legal		3.808	3.808
Reserva de retenção de lucros		2.482	19.396
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.207.005	1.143.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Semear S.A.

Demonstração de resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Semestre findo em	Ano findo em	
		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de intermediação financeira		161.785	317.690	182.286
Operações de crédito	8g	135.396	274.012	161.957
Outros créditos com característica de concessão de créditos	8g	7.294	13.047	10.854
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	10.620	14.995	3.630
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6c	7.966	14.250	4.931
Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	6c	194	113	(339)
Resultado com operações de câmbio		315	1.273	1.253
Despesas de intermediação financeira		(71.715)	(128.447)	(57.493)
Operações de captação no mercado	15	(71.715)	(128.447)	(57.493)
Resultado bruto da intermediação financeira		90.070	189.243	124.793
Resultado de provisões para perdas		(57.667)	(144.407)	(37.769)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8c	(57.667)	(144.407)	(37.769)
Outras receitas (despesas) operacionais		(34.384)	(73.626)	(69.404)
Receitas de prestação de serviços	21	722	1.750	2.052
Rendas de tarifas bancárias	21	1.961	3.666	2.535
Despesas de pessoal	22	(9.244)	(19.049)	(21.524)
Outras despesas administrativas	23	(28.172)	(56.217)	(48.035)
Despesas tributárias	24	(7.149)	(14.666)	(12.969)
Resultado de participações em coligadas e controladas		64	54	
Outras receitas operacionais	25	15.562	25.225	17.842
Outras despesas operacionais	26	(8.128)	(14.389)	(9.305)
Resultado operacional		(1.981)	(28.790)	17.620
Resultado não operacional		104	349	(715)
Outras receitas		722	1.475	1.450
Outras despesas		(618)	(1.126)	(2.165)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações		(1.877)	(28.441)	16.905
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		3.380	15.830	(2.894)
Imposto de renda	27	5.101	(24)	913
Contribuição social	27	2.902	(20)	479
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	10 e 27	(4.623)	15.874	(4.286)
Resultado do semestre e exercícios		1.503	(12.611)	14.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Semear S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Semestre findo em	Ano findo em	
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do semestre e exercícios	1.503	(12.611)	14.011
Outros resultados abrangentes do semestre/exercícios	-	-	-
Total do resultado abrangente do semestre/exercícios	1.503	(12.611)	14.011

Banco Semear S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de Lucro		Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
	Capital social- Subscrito	Aumento de capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	104.119	2.592	3.107	12.586	-	122.404
Resultado do exercício	-	-	-	-	14.011	14.011
Aumento de capital	-	5.525	-	-	-	5.525
Integralização do capital	2.592	(2.592)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - pagos	-	-	-	-	(6.500)	(6.500)
Dividendos - pagos	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	701	-	(701)	-
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	6.810	(6.810)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	106.711	5.525	3.808	19.396	-	135.440
Mutações do período	2.592	2.933	701	6.810	-	13.036
Saldos em 31 de dezembro de 2021	106.711	5.525	3.808	19.396	-	135.440
Resultado do exercício	-	-	-	-	(12.611)	(12.611)
Aumento de capital	-	832	-	-	-	832
Integralização do capital	5.525	(5.525)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - pagos	-	-	-	-	(978)	(978)
Dividendos - pagos	-	-	-	(3.500)	-	(3.500)
Dividendos - Devolvidos	-	-	-	175	-	175
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	(13.589)	13.589	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	112.236	832	3.808	2.482	-	119.358
Mutações do período	5.525	(4.693)	-	(16.914)	-	(16.082)
Saldos em 30 de junho de 2022	112.236	-	3.808	1.782	-	117.826
Resultado do semestre	-	-	-	-	1.503	1.503
Aumento de capital	-	832	-	-	-	832
Juros sobre o capital próprio - pagos	-	-	-	-	(978)	(978)
Dividendos - Devolvidos	-	-	-	175	-	175
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	525	(525)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	112.236	832	3.808	2.482	-	119.358
Mutações do período	-	832	-	700	-	1.532

Banco Semear S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Semestre findo em	Ano findo em	
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Resultados dos períodos	1.503	(12.611)	14.011
Ajustes dos resultados dos períodos com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	(64)	(54)	-
Depreciação	142	288	349
Amortização	98	182	849
Resultado na baixa ativo intangível	-	-	1.729
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (operações de crédito)	56.622	139.194	34.206
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (com característica de concessão)	1.045	5.213	3.563
Impostos e contribuições diferidos	4.623	(15.874)	4.286
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (outros valores e bens)	208	434	(1.038)
Provisões diversas	(149)	(349)	885
Provisão para passivos contingentes	(466)	(1.015)	(1.797)
	<u>62.059</u>	<u>128.019</u>	<u>43.032</u>
Resultados dos períodos ajustados	63.562	115.408	57.043
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Redução (aumento) nos ativos:			
Títulos e valores mobiliários	(7.966)	(14.249)	9.928
Operações de crédito	29.928	(24.146)	(308.194)
Outros créditos com característica de concessão de créditos	5.903	(12.938)	9.511
Outros ativos financeiros	2.582	(4.023)	8.733
Outros ativos	(2.227)	1.099	(472)
Relações interfinanceiras e interdependências	(111.578)	(113.904)	(39)
Impostos de renda e contribuição social pagos antecipadamente	(11.561)	(11.561)	(1.352)
	<u>(94.919)</u>	<u>(179.722)</u>	<u>(281.885)</u>
Aumento (redução) nos passivos:			
Depósitos	19.731	89.759	288.209
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.477	(6.154)	(33.723)
Captações no mercado aberto	(9.997)	-	-
Instrumentos de dívida elegível a capital	4.060	4.060	-
Relações interfinanceiras	(482)	(1)	2
Passivos contingentes	847	1.493	(1.248)
Outras obrigações	(11.044)	(8.764)	(10.324)
	<u>4.592</u>	<u>80.393</u>	<u>242.916</u>
Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) das atividades operacionais	(26.765)	16.079	18.074
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimento	(235)	(1.637)	(233)
Aquisição de imobilizado de uso	36	(127)	(409)
Aquisição de intangível	(63)	(265)	-
Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento	(262)	(2.029)	(642)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos -pagos	-	(3.500)	-
Distribuição de dividendos - Devolvidos	175	175	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	175	(3.325)	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(26.852)	10.725	17.432
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos	125.315	87.738	70.306
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos períodos	<u>98.463</u>	<u>98.463</u>	<u>87.738</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(26.852)	10.725	17.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Banco Semear S.A. (“Banco” ou “Instituição”) é um banco múltiplo, de capital fechado, fundado em 2006, com atuação em todo território brasileiro. Está situado em Belo Horizonte, oferecendo aos seus clientes amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, nos segmentos pessoa física e pessoa jurídica, com os seguintes produtos:

- **Pessoa física:** Operações de financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, através de redes varejistas regionais de eletrodomésticos e insumos agropecuários.
- **Pessoa jurídica:** Operações para empresas pequenas e médias nas modalidades de capital de giro, antecipação de recebíveis.
- **Serviços:** Investimentos, intermediação de seguros e câmbio.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen), contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), no que for aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Bacen.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1).
- **Resolução nº 3.604/2008** - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2).
- **Resolução nº 3.750/2009** - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1).
- **Resolução nº 3.823/2009** - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
- **Resolução nº 3.973/2011** - Evento Subsequente (CPC 24).
- **Resolução nº 3.989/2011** - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1).
- **Resolução nº 4.007/2011** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação do erro (CPC 23).
- **Resolução nº 4.144/2012** - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1).
- **Resolução nº 4.534/2016** - Ativo Intangível – (CPC 04 (R1)).
- **Resolução nº 4.535/2016** - Ativo Imobilizado – (CPC 27).
- **Resolução nº 4.524/2016** - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 - R2).
- **Resolução nº 3.959/2019** - Resultado por Ação – (CPC 41)
- **Resolução nº 4.748/2019** - Mensuração do Valor Justo – (CPC 46).
- **Resolução nº 4.877/2020** - Benefícios a Empregados – (CPC 33 R1)
- **Resolução nº 4.924/2021** - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro – (CPC00)

R2)

- **Resolução nº 4.924/2021** - Receita de Contrato com Cliente – (CPC 47)
- **Resolução nº 120/2021** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa de Retificação de Erro – (CPC 23)
- **Resolução CMN nº 4.967/2021** - Propriedade para Investimento – (CPC 28)

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco sua utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019 foram incluídas nas demonstrações financeiras do Banco Semear. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridades com requerimentos de apresentação das normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Em 4 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319, que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023. A Administração não espera impactos relevantes na implementação desta Instrução Normativa.

Promulgada em 16 de novembro 2022 a Lei nº 14.467, conversão na íntegra da MP nº 1.128/22, que estabelece novas regras de dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nas bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, produzindo efeito a partir de 1º de janeiro de 2025, onde destacamos as regras: i) aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operação com atraso superior a noventa dias); e ii) as perdas em 1º de janeiro de 2025, relativas aos créditos que se encontrem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data, somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de um trinta e seis avos para cada mês do período de apuração, a partir de abril de 2025.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8** - Critério de provisionamento: mensuração de perdas estimadas com operação de crédito.
- **Nota Explicativa nº 10** - Reconhecimento de créditos tributários diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota Explicativa nº 17** - Reconhecimento e mensuração de contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de março de 2023.

3 Principais critérios contábeis adotados

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência e são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, e, quando se correlacionam, ocorre o reconhecimento de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

O resultado é ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

c. Aplicações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Títulos e valores mobiliários

A Circular Bacen nº 3.068/2001 determina a classificação dos títulos e dos valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração na categoria específica, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- i. Títulos para negociação** - Incluem os títulos e os valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os títulos e os valores mobiliários classificados na categoria para negociação, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor

justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para os quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração (veja Nota Explicativa nº 6).

- ii. **Títulos disponíveis para venda** – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a valor de mercado - TVM”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- iii. **Títulos mantidos até o vencimento** – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

e. Operações de crédito, provisão para perdas com operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos de atraso acima descritos.

f. Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

g. Outros valores e bens

Composto, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondem a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamentos e registrados pelo valor contábil dos contratos de empréstimo ou recebíveis de crédito imobiliários (veja Nota Explicativa nº 11).

Os recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, são registrados no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e os montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e os direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados (veja Nota Explicativa nº 11).

h. Investimentos

O registro contábil é realizado pelo custo de aquisição, desdobrado em valor do patrimônio líquido na época da aquisição e ágio ou deságio na aquisição do investimento, que é a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações.

Os investimentos em empresas coligadas, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos pela marcação a mercados.

i. Imobilizado

É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução CMN nº 4.535/2016, o saldo do imobilizado está apresentado a valores recuperáveis e os valores residuais são revistos periodicamente e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

j. Intangível

Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto se refere a bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016. Está composto por direitos na aquisição de *softwares*, reconhecido pelo seu custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear, observando a taxa anual de 20%.

k. Dos direitos adquiridos

Os Depósitos e captações no mercado aberto, são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (veja Nota Explicativa nº 15).

l. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes:** decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, funcionários, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos.

Essas contingências são apuradas das seguintes formas:

- **Processos específicos:** são processos que possuem matéria e/ou valor relevante,

conforme avaliação de assessores jurídicos, sendo classificados como: **(a)** prováveis, para os quais são constituídas provisões; **(b)** possíveis, que somente são divulgados sem que sejam provisionados; e **(c)** remotos, que não requerem provisão nem divulgação. A apuração das classificações (prováveis, possíveis e remotas) é feita com base nas provas produzidas nos autos, subsídios fáticos levantados, jurisprudências e histórico de decisões em demandas semelhantes e decisões proferidas na própria demanda judicial.

- **Processos massificados:** assim entendidos os processos volumosos, que possuem objeto e causa de pedir semelhante, em geral, são processos que envolvem relação de consumo, com matéria mais simples e valores menores. A contingência é apurada com base no modelo estatístico, ou seja, apura-se o comportamento da carteira de processos nos últimos 12 (doze) meses, e refletido no resultado na carteira atual. Assim, são considerados os processos que nos últimos 12 (doze) meses foram baixados e os que permaneceram ativos, dentre os baixados quais foram com e quais sem pagamento. Os resultados obtidos são refletidos na carteira atual para então obter-se o valor do contingenciamento.
- **Processos trabalhistas:** são processos ajuizados contra o Banco por ex-funcionários do próprio Banco, bem como por ex-funcionários de empresas terceiras prestadoras de serviços. São considerados, para fins de contingenciamento, apenas os processos com risco provável, sendo desconsiderados os processos com risco possível ou remoto. Assim que recebidos, os processos são registrados com o risco, provável sendo certo que, à medida que vão sendo proferidas as decisões, o risco é alterado para remoto, caso as decisões sejam favoráveis, ou provável, caso as decisões sejam desfavoráveis. Proferidas as decisões, a assessoria contábil faz a liquidação dos valores para devido provisionamento, nos casos de risco provável.
- **Obrigações legais:** a provisão para riscos fiscais decorre de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (veja Nota Explicativa nº 18).

m. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%.

A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

A alíquota da CSLL para os bancos de quaisquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

A Medida Provisória 1.115 de 28 de abril de 2022, estabeleceu que a alíquota da CSLL é de 21% até 31 de dezembro de 2022 para o banco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

n. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os títulos e os valores mobiliários classificados nas categorias de títulos para negociação e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

p. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

q. Eventos subsequentes

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Disponibilidades		
Em moeda nacional	1.480	1.278
Em moeda estrangeira	1.973	3.930
Subtotal da disponibilidade	3.453	5.208
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	95.010	82.530
Total	<u>98.463</u>	<u>87.738</u>

5 A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez é como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	95.010	30.017
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	52.513
Total	<u>95.010</u>	<u>82.530</u>
Circulante	95.010	82.530

As aplicações interfinanceiras de liquidez, são referentes a operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento. No caso do Banco, são referentes a aplicações de operações compromissadas, grupo 1.2.1, que são revendidas no dia seguinte.

a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>2º Sem / 2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Posição bancária	7.751	12.120	3.619
Depósitos Interfinanceiros	119	125	11
Depósitos voluntários	2.750	2.750	-
Total	<u>10.620</u>	<u>14.995</u>	<u>3.630</u>

6 Títulos e valores mobiliários

São representados por Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), conforme quadro abaixo:

a. Composição

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Carteira própria - Livres	<u>119.830</u>	<u>108.396</u>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	119.830	108.396
Vinculados à prestação de garantias	<u>5.119</u>	<u>2.304</u>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	5.119	2.304
Total	<u>124.949</u>	<u>110.700</u>
Circulante	124.949	110.700

b. Classificação por tipo de títulos e vencimentos

	2022				
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor mercado / Contábil	Custo de aquisição atualizado
Títulos para negociação (1)					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	54.141	70.808	-	124.949	125.123
Total	54.141	70.808	-	124.949	125.123

	2021				
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor mercado / Contábil	Custo de aquisição atualizado
Títulos para negociação (1)					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	36.544	74.156	-	110.700	111.288
Total	36.544	74.156	-	110.700	111.288

Para fins de publicação, os títulos classificados como “Títulos para negociação” devem ser apresentados no ativo circulante, conforme § único do art. 7 da Circular Bacen nº 3.068/2001.

c. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º Sem / 2022	2022	2021
Resultado de títulos de renda fixa	7.966	14.250	4.931
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	194	113	(339)
Total	8.160	14.363	4.592

Durante o período o Banco efetuou operações de Hedge, para proteção de variação cambial, que geraram lucro 2º sem/2022 R\$194 e \$113 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, (prejuízo de R\$339 em 2021).

7 Relações interfinanceiras

	2022	2021
Carteira própria – Livres	114.240	334
Depósitos no Banco Central	114.216	312
Correspondentes	24	22

Durante o período o Banco aderiu a Lei 14.185/21 do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possuía Depósitos Voluntário Remunerados no montante de R\$113.847, que gerou um resultado positivo de R\$2.750 (Nota 5.a).

8 Operações de crédito

As operações de crédito são concentradas em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e, de acordo com as normas da Resolução CMN nº 2.682/1999, são classificadas conforme demonstradas a seguir:

a. Classificação da carteira, por tipo de produto

Produtos	2022		2021	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Capital de Giro	269.806	34,8%	288.757	35,7%
Adiant. A Depositantes	145		166	
Conta Garantida	1.184	0,2%	2.101	0,3%
Crédito Pessoal	64.577	8,4%	66.985	8,3%
Financiamento Imobiliário	-		187	
Cheque Especial	124		-	
Crédito Direto ao Consumidor	360.097	46,7%	388.503	48,0%
Total de operações de Crédito	695.933		746.699	
Circulante	641.249		661.493	
Não Circulante	54.684		85.206	
Créditos por avais e fianças honrados		0,0%	95	
Devedores Por Compra de Valores e Bens	19.713	2,6%	21.292	2,6%
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Financiamento Imobiliário	14.361	1,9%	22.862	2,8%
Aquisição de Crédito - Recebíveis Outros	41.655	5,4%	18.542	2,3%
Total de Operações de Crédito e Outros Créditos com Carac. de Concessão de Crédito.(Nota 9)	75.729		62.791	
Circulante	48.169		26.281	
Não Circulante	27.560		36.510	
Total de Operações de Crédito e Outros Créditos	771.662	100,0%	809.490	100,0%
Circulante	689.418		687.774	
Não Circulante	82.244		121.716	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(108.129)		(39.331)	
Circulante	(103.797)		(35.471)	
Não Circulante	(4.332)		(3.860)	
(-) Provisão para perda com outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	(4.962)		(4.265)	
Circulante	(1.918)		(1.221)	
Não Circulante	(3.044)		(3.044)	
Total de provisões de créditos e outros créditos	(113.091)		(43.596)	
Circulante	(105.715)		(36.692)	
Não Circulante	(7.376)		(6.904)	
Total líquido das operações de créditos e outros créditos	658.571		765.894	
Circulante	583.703		651.082	
Não Circulante	74.868		114.812	

b. Classificação da carteira por risco de crédito

Níveis de Risco	% do Risco	2022		2021	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA		18.415	-	17.318	-
A	0,5%	417.917	(4.319)	535.733	(2.678)
B	1,0%	125.408	(1.254)	126.062	(1.261)
C	3,0%	51.825	(1.555)	45.757	(1.373)
D	10,0%	23.980	(2.398)	33.477	(3.348)
E	30,0%	18.218	(5.465)	16.607	(4.982)
F	50,0%	21.517	(10.759)	6.524	(3.262)
G	70,0%	23.471	(16.430)	4.399	(3.079)
H	100,0%	70.911	(70.911)	23.613	(23.613)
Totais		771.662	(113.091)	809.490	(43.596)
Circulante		689.418	(105.715)	687.774	(36.692)
Não Circulante		82.244	(7.376)	121.716	(6.904)
Total		771.662	(113.091)	809.490	(43.596)

c. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2º Sem / 2022	2022	2021
Saldo no início do período	111.320	43.596	55.271
Constituição - operação de créditos	188.003	318.339	93.040
Reversão - operação de créditos	(130.336)	(173.932)	(55.271)
Subtotal - registrado como despesa	57.667	144.407	37.769
Créditos de liquidação duvidosa baixados para prejuízo	(55.896)	(74.912)	(49.444)
Saldo no final	113.091	113.091	43.596

d. Carteira por atividade econômica

Atividade econômica	2022		2021	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Intermediários financeiros			95	
Indústria	46.111	6,0%	34.217	4,2%
Comércio	38.284	5,0%	62.062	7,7%
Serviços	140.272	18,2%	213.205	26,3%
Pessoa física	546.995	70,8%	499.911	61,8%
Totais	771.662	100,0%	809.490	100,0%

e. Carteira por faixa de vencimento

Prazos de vencimento	2022		2021	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Vencidas	113.144	14,6%	52.693	6,5%
A vencer até 30 dias	107.448	13,9%	99.672	12,3%
A vencer de 31 a 60 dias	135.698	17,6%	122.281	15,1%
A vencer de 61 a 90 dias	73.122	9,5%	88.010	10,9%
A vencer de 91 a 180 dias	132.341	17,2%	162.375	20,1%
A vencer de 181 a 360 dias	127.665	16,5%	162.743	20,1%
A vencer após 360 dias	82.244	10,7%	121.716	15,0%
Totais	771.662	100,0%	809.490	100,0%

f. Concentração da carteira

	2022		2021	
	Valor	% sobre a Carteira	Valor	% sobre a Carteira
10 maiores devedores	121.624	15,8%	119.176	14,7%
20 maiores devedores seguintes	91.210	11,8%	103.489	12,8%
50 maiores devedores seguintes	90.695	11,8%	82.450	10,2%
100 maiores devedores seguintes	26.435	3,4%	26.540	3,3%
Outros	441.698	57,2%	477.835	59,0%
Total	771.662	100,0%	809.490	100,0%

g. Resultado com operações de crédito

(i) Operações de créditos

	2º Sem / 2022	2022	2021
Rendas de empréstimos	67.648	131.359	80.587
Rendas de financiamentos	104.584	211.373	175.557
Rendas de financiamentos habitacionais	-	72	23
Rendas financ. deved. por compra de vrs. e bens	1.234	3.493	4.173
Recuperação de créditos	4.363	7.347	9.940
Renda bruta de operações crédito	177.829	353.644	270.280
(-) Comissões sobre operações de crédito	(42.433)	(79.632)	(108.323)
Total	135.396	274.012	161.957

(ii) Outros créditos com característica de concessão de crédito

	2º Sem / 2022	2022	2021
Rendas de aq. crédito - Recebíveis de Financ Imobiliário	566	2.481	5.769
Rendas de aq. crédito - Recebíveis Outros	5.715	8.934	2.662
Rendas de fiança honrada	1	1	80
Recuperação de créditos	1.012	1.631	2.343
Total	7.294	13.047	10.854

h. Outras informações de operações de crédito

Em 2022, houve operações de créditos renegociadas no montante de R\$53.074 (R\$68.420 em dezembro de 2021), com saldo de provisão de R\$7.291 (R\$4.770 em dezembro de 2021) e saldos recuperados de R\$11.575 (R\$10.735 em dezembro 2021).

As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas se restringem, basicamente, a garantias fidejussórias.

9 Outros ativos financeiros

O saldo de outros ativos financeiros está composto por:

	2022	2021
Devedores por depósito em garantia	<u>20.030</u>	<u>18.696</u>
Recursos fiscais	17.474	15.751
Recursos ações cíveis	1.656	1.983
Recursos trabalhistas	900	962
Impostos e contribuições a compensar	<u>13.686</u>	<u>4.486</u>
IRPJ	7.147	2.815
CSLL	4.414	1.556
Impostos e contribuições retidos	2.125	115
Devedores diversos - País	<u>11.924</u>	<u>5.685</u>
Baixas operações de créditos a processar	2.175	4.249
Baixas de confissão de dívidas	967	967
Pendência - Imóveis com documentação em trânsito	174	174
Ressarcimentos TCC aos Lojistas (a)	4.842	-
Acordos operacionais	3.642	100
Outros devedores diversos	124	195
Provisão para perdas em outros créditos - Sem característica de concessão de crédito	(3.172)	(3.056)
Rendas a receber	151	862
Câmbio a receber (b)	-	32
Diversos	295	557
Total	<u>42.914</u>	<u>27.262</u>
Circulante	9.302	8.521
Não circulante	<u>33.612</u>	<u>18.741</u>

- a) Vide notas explicativa 18a
- b) Vide nota explicativa 18c
- c) Rentabilidade negativa renegociada com correspondente bancário

10 Créditos tributários

A Administração reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, e sobre os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está em conformidade com as exigências da legislação e os normativos aplicáveis, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Créditos Tributários elaborado pelo Banco, com assessoria de uma consultoria externa e amparado por Estudo de Viabilidade Econômico-financeira, preparado para os próximos 5 (cinco) anos, como parte do programa de readequação operacional do Banco, periodicamente revisto pela Administração.

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Provisão para perdas em ativos	48.471	38.777	39.829	31.863
Provisões passivas	7.951	6.361	5.468	4.374
Outras diferenças temporárias	488	390	3.759	3.007
Total de diferenças temporárias	<u>56.910</u>	<u>45.528</u>	<u>49.056</u>	<u>39.244</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	1.905	1.524	-	1.530
Total	<u>58.815</u>	<u>47.052</u>	<u>49.056</u>	<u>40.774</u>
Total do Crédito tributário	<u>105.867</u>		<u>89.830</u>	
Movimentação do crédito tributário:	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Saldo inicial	49.056	40.774	51.559	42.555
Constituição de diferenças temporárias	41.673	33.339	14.028	11.222
Realização de diferenças temporárias	(33.818)	(27.055)	(16.531)	(10.948)
Variação líquida na movimentação das diferenças temporárias	7.855	6.284	(2.503)	274
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	1.904	1.743	3.792	222
Realização da base negativa - mudança de alíquota	-	-	(3.792)	(2.277)
Realização de prejuízo fiscal e base negativa	-	(1.749)	-	-
Variação líquida na movimentação do Prejuízo Fiscal e Base negativa de CSLL	1.904	(6)	-	(2.055)
Saldo Final	<u>58.815</u>	<u>47.052</u>	<u>49.056</u>	<u>40.774</u>
Total da variação do crédito tributário:	<u>16.037</u>		<u>(4.284)</u>	

Além da movimentação do crédito tributário, apresentamos a movimentação do passivo diferido:

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base impostos e contribuições diferidas	(353)	(353)	(7)	(7)
Ajuste à base de cálculo	57	(92)	-	-
Imposto de renda e contribuições diferidas	(74)	(89)	(1)	(1)
Total da variação do passivo diferido:	(163)		(2)	
Resultado de Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	15.874		(4.286)	

Abaixo, demonstramos a expectativa de realização do crédito tributário para os próximos anos:

Realização do crédito tributário	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	20.415	16.089	12.642	11.644
2º Ano	17.509	14.007	8.267	6.614
3º Ano	6.626	530	4.902	3.922
4º Ano	7.823	6.258	4.902	3.922
5º Ano	4.248	3.642	4.842	3.873
Acima de 5 anos	2.194	6.526	13.501	10.799
Totais	58.815	47.052	49.056	40.774

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) projetada para os períodos demonstrados acima, a uma taxa de 1,48% a.m., demonstrado no quadro abaixo:

Realização do crédito tributário	31/12/2022		31/012/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	16.015	12.621	11.351	10.454
2º Ano	12.458	9.966	6.743	5.394
3º Ano	4.313	3.450	3.737	2.989
4º Ano	4.690	3.752	3.492	2.794
5º Ano	2.641	2.264	3.224	2.579
Acima de 5 anos	1.118	895	8.401	6.720
Totais	41.235	32.948	36.948	30.930

11 Outros ativos

O saldo de outros ativos encontra-se representado por:

	2022	2021
Outros valores e bens	47.699	51.300
Material em estoque	60	66
Ativos não financeiros mantidos para venda-recebido	47.639	51.234
Outros imóveis (a)	48.449	52.544
Prov. para desval. de ativos não financeiros	(810)	(1.310)
Despesas antecipadas	10.861	8.793
Serviços de terceiros	1.376	1.579
Comissões pela captação de títulos	-	61
Comissões por intermediação de CDB	9.485	7.153
Total	58.560	60.093
Circulante	2.025	8.467
Não circulante	56.535	51.626

(a) Referem-se a bens recebidos em garantia de empréstimos, relativos a carteiras de empresas e imobiliários. Os valores apresentados estão suportados por laudos de avaliação elaborados por peritos independentes e, caso necessário, ajustados ao valor de mercado. A Administração acredita que irá realizar esses bens sem perdas significativas. Os bens não de uso próprio, até 31 de dezembro de 2020, eram reconhecidos no ativo circulante, por conta da Instrução do BACEN. Com publicação da Carta Circular nº 3.994 de 23 de dezembro de 2019, com vigência a partir de janeiro de 2021, o Banco passou a classificar seus bens não de uso próprio entre o ativo circulante e não circulante.

12 Investimentos

Investimento	Quantidade ações	Saldo participação 31/12/2022	Saldo participação 31/12/2021
Participação em coligada	1.149	1.054	-
Outros investimentos	1.187	1.188	551
Total	2.336	2.242	551

a) Investimentos em coligada

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Valor do investimento	Ágio	2022	
						Resultado da equivalência patrimonial	
						2º Semestre	Exercício
Pag Dividido Tecnologia S.A.	1.149	20%	1.149	207	793	64	54

Em 25 de fevereiro de 2022 o Banco adquiriu participação 20% do capital social da startup Pag Dividido integralizando o valor de R\$1.000 do capital da investida.

1) Movimentação dos investimentos - coligadas

	Saldo em 31/12/2021	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Custo de aquisição	Ágio	Saldo em 31/12/2022
Investimento em coligada	-	54	207	-	261
Ágio baseado em expectativa rentabilidade futura	-			793	793
	-	54	207	793	1.054

b) Outros investimentos

	Saldo em 31/12/2021	Quantidade de ações possuídas	% de participação	Aquisição de participações	Saldo em 31/12/2022
CERTA - Central de Registro de Tít. e Ativos	551	1.187	-	637	1.188

	Saldo em 31/12/2020	Quantidade de ações possuídas	% de participação	Aquisição de participações	Saldo em 31/12/2021
CERTA - Central de Registro de Tít. e Ativos	318	548	0,81%	233	551

13 Imobilizado

	31/12/2022				
Imobilizado de uso	Custo	Aquisição	Depreciação	Baixas	Residual
Mobiliário	125	-	(16)	-	109
Equipamento de processamento de dados	734	120	(250)	(24)	580
Equipamento de comunicação e segurança	7	-	(1)	-	6
Outros equipamentos	63	7	(21)	(1)	48
	929	127	(288)	(25)	743

	31/12/2021				
Imobilizado de uso	Custo	Aquisição	Depreciação	Baixas	Residual
Mobiliário	179	-	(35)	(29)	115
Equipamento de processamento de dados	598	409	(331)	(51)	625
Equipamento de comunicação e segurança	9	-	(4)	-	5
Outros equipamentos	141	-	(73)	(5)	63
	927	409	(349)	(85)	929

14 Intangível

	2022				
	Custo	Aquisição	Baixa	Amortização	Residual
Sistemas de processamentos de dados	373	266	-	(182)	457

	2021				
	Custo	Aquisição	Baixa	Amortização	Residual
Sistemas de processamentos de dados	2.951	-	(1.729)	(849)	373

15 Depósitos

	2022				2021	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	29.385	-	-	-	29.385	22.210
Depósitos a prazo (i)	-	42.402	139.110	804.216	985.728	903.144
Total	29.385	42.402	139.110	804.216	1.015.113	925.354
Circulante					210.897	334.641
Não circulante					804.216	590.713

- a) Em 2022, os dois maiores clientes, representam 45,60% e 20,78% do total de depósitos a prazo, todavia os referidos clientes são instituições que intermediam aplicações de recursos, ou seja, aplicam no banco para seus clientes, que substancialmente estão concentrados em pessoas físicas.

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 79,22% da carteira por vencimentos acima de 360 dias (65% em 2021), cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas, conforme classificação acima.

Despesas com operações de captações no mercado

	2º Sem / 2022	2022	2021
Despesas de depósitos a prazo	(68.494)	(34.814)	(17.036)
Despesas de comissão pela captação	(1.828)	(3.330)	(1.569)
Despesas de operações compromissadas	(6)	(25)	-
Despesas de letras de créditos imobiliários	(350)	(765)	(100)
Despesas de letras de financeiras garantidas	-	-	(593)
Despesas de letras de financeiras	(150)	(150)	-
Despesas de contribuição ao FGC	(887)	(89.363)	(38.195)
Despesas de captação	(71.715)	(128.447)	(57.493)

- a) Diferença de taxa praticada pelo Banco e taxa de rentabilidade praticada em campanha acordada com parceiro.

16 Recursos de aceites e emissão de títulos

	2022			2021	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	1.373	1.873	3.219	6.465	12.619
Total	1.373	1.873	3.219	6.465	12.619
Circulante				3.246	12.619
Não circulante				3.219	-

17 Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

	2022			2021	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras financeiras subordinadas	-	-	4.060	4.060	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.060</u>	<u>4.060</u>	<u>-</u>
Circulante				-	-
Não circulante				4.060	-

Captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento, observadas as condições determinadas pelas Resoluções CMN 4.192/13 e 4.955/21, integralmente aprovadas pelo BACEN a compor o Capital Complementar e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco.

18 Outros passivos financeiros

	2022	2021
Cobrança e arrecadação de tributos	422	792
Carteira de câmbio (c)	22	156
Contribuições fiscais e previdenciárias	<u>2.717</u>	<u>3.546</u>
IRPJ/CSLL s/lucro base corrente	30	16
Impostos e contribuições a recolher	2.466	3.473
Provisão para impostos e contribuição diferidos	221	57
Obrigações por devolução de tarifas (a)	6.981	-
Cheque administrativo	13	13
Provisão despesas administrativas	<u>18.791</u>	<u>26.833</u>
Provisões p/ despesas de pessoal	1.717	3.205
Provisões p/prestadores de serviços	928	1.515
Comissão equalização produto CDC-E	16.146	22.113
Provisão para garantias prestadas (b)	117	118
Receitas antecipadas	<u>0</u>	515
Credores diversos - País	<u>5.276</u>	<u>11.087</u>
Recebimentos de créditos cedidos a repassar	591	441
Contribuição ao FGC	310	234
Contratos oper de créditos s liberar	54	1.025
Serviços de Correspondentes	1.247	2.539
Fornecedores diversos	1.256	1.110
Pendências a Regularizar - Crédito Imobiliário	1.038	888
Créditos a baixar de oper de créditos	357	732
Acordos operacionais	-	3.911
Receitas antecipadas	273	-
Outros credores diversos	150	207
Total	<u>34.338</u>	<u>43.060</u>
Circulante	29.233	39.093
Não circulante	<u>5.105</u>	<u>3.967</u>

- a) Parcelas ou obrigações relativas a operações de crédito cobradas indevidamente, não devolvidas ou sujeitas à devolução em decorrência de formalização de compromissos, normatizado pelo Banco Central por meio Resolução 98 de 06 junho de 2021 e Instrução normativa 123 de 08 de julho de 2021. Dos créditos a devolver aos clientes, do montante de R\$6.981, o valor de R\$4.843 serão ressarcidos pelos lojistas, estando registrados na nota explicativa 9.
- b) O Banco avaliou a carteira de garantias e avais prestadas, que no período monta R\$6.402 (R\$6.652 em 2021), e constituiu a provisão para perdas no montante de R\$117 (R\$118 em 2021), conforme mencionado na Resolução nº 2.512 de 28 de julho de 2016.
- c) Obrigação a liquidar de câmbio vendido de R\$22 e direito sobre venda de câmbio a receber R\$23 tendo um adiantamento em moeda nacional recebido de (R\$23).

19 Provisões

As provisões para contingências estão divididas entre provisões para riscos cíveis, trabalhistas, provisões fiscais e previdenciárias, conforme demonstradas no quadro abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão para riscos trabalhistas (a)	4.523	4.918
Provisão para riscos cíveis (a)	428	1.049
Provisão fiscais e previdenciárias (b)	22.719	21.262
Total	<u>27.670</u>	<u>27.229</u>

a) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Compõem a rubrica “Provisão para passivos contingentes” o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que o Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos, trabalhista e cíveis. As movimentações das provisões para contingências cíveis e trabalhistas estão assim demonstradas:

	<u>Depósitos Judiciais</u>			<u>Provisão para Contingências</u>		
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Em 31/12/2021	962	1.983	2.945	4.918	1.049	5.967
Adições	208	688	896	470	137	607
Baixas	(270)	(1.015)	(1.285)	(865)	(757)	(1.622)
Saldo em 31/12/2022	<u>900</u>	<u>1.656</u>	<u>2.556</u>	<u>4.523</u>	<u>428</u>	<u>4.952</u>

	<u>Depósitos Judiciais</u>			<u>Provisão para Contingências</u>		
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Em 31/12/2020	1.408	1.916	3.324	4.592	3.102	7.694
Adições	12	184	196	368	1.664	2.032
Baixas	(458)	(117)	(575)	(42)	(3.717)	(3.759)
Saldo em 31/12/2021	<u>962</u>	<u>1.983</u>	<u>2.945</u>	<u>4.918</u>	<u>1.049</u>	<u>5.967</u>

b) Provisões fiscais e previdenciárias

	2022	2021
Provisão para PIS (i)	16.142	15.112
Provisão para INSS (ii)	3.468	3.225
Provisão para imposto de renda (iii)	1.410	1.326
Provisão para contribuição social (iii)	1.699	1.599
	22.719	21.262

- (i) O provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, no período, equivale a R\$16.142 (R\$15.112 em 2021), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 9 - Outros ativos financeiros.
- (ii) Trata-se do Processo de Impugnação do Auto de Infração nº 15504.723181/2015-37, lavrado em decorrência de suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pela empresa, inclusive aquelas destinadas ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT), bem como aquelas devidas a terceiros.
- (iii) A principal provisão, tanto para Imposto de Renda, quanto para Contribuição Social, nos valores de R\$1.410 e R\$1.699 (R\$1.198 e R\$1.103 em 2021), respectivamente, são referentes ao Processo de Impugnação dos Autos de Infração nº 15501.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência de a Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada). O restante dos valores, tanto para imposto de renda, quanto para Contribuição Social refere-se ao processo: 1997.38.0001129219 - IRPJ exercício/97, ano-base/96 - Majoração de alíquota.

Em 2022, ocorreram adições em depósitos judiciais no valor de R\$1.724 (R\$350, em 2021) e adições na conta de provisões no valor de R\$1.456 (R\$478, em 2021)

Passivos contingentes fiscais, trabalhistas e cíveis classificados como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de naturezas fiscal, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados. Ainda, a título de informação, no período, as contingências avaliadas, de naturezas trabalhista, fiscais e cível, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizam R\$1.477 (R\$1.039 em 2021).

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$112.236 (R\$106.711 em 2021), representado por 66.003 mil ações ordinárias nominativas e 66.003 mil ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Em 30 de junho de 2022, foi homologado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital deliberado em 15 de março de 2022 pela Assembleia Geral de Acionistas no valor de R\$5.525 mil (5.525 mil ações).

Sobre o resultado de 31 de dezembro de 2022, a Administração do Banco propôs a apuração de juros sobre capital próprio, no valor de R\$978, valor total proposto está sendo capitalizado em seu valor total, líquido de impostos (R\$832). Essa proposta da Administração está sujeita à aprovação dos Acionistas e homologação pelo BACEN

b. Reserva legal

A reserva de lucros é representada pela reserva legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, 25% do lucro líquido, ajustados pela diminuição ou pelos acréscimos dos valores especificados nos itens I, II e III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976, serão destinados ao pagamento mínimo obrigatório aos acionistas, mediante proposta do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado, e será compensado por dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio que já tenham sido declarados.

	2022			2021		
	Vr. Bruto	IRRF	Vr.Líquido	Vr. Bruto	IRRF	Vr.Líquido
Dividendos	3.500	-	3.500	-	-	-
Juros sobre capital próprio	978	146	832	6.500	975	5.525

Foi aprovado em 06 de junho de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$3.500 referente ao resultado do exercício anterior. Em 14 de setembro de 2022 foi efetuado um ajuste no cálculo dos dividendos pagos, gerando saldo de R\$175, que os acionistas efetuaram a devolução.

Os juros sobre o capital próprio de 2022, no montante de R\$832, destinado a capitalização, encontra-se em processo de aprovação (R\$5.525 em 31 de dezembro de 2021 teve sua capitalização aprovada em 15 de março de 2022 processo 0000210514 ofício 13.380/2022 BACEN).

d. Reserva de retenção de lucros

No período, a Administração do Banco optou pela distribuição de lucros de períodos anteriores e a amortização do resultado do semestre na Reserva de Retenção de Lucros, atendendo assim o parágrafo 4º do art.36 do Estatuto Social.

21 Rendas de prestação de serviços

	<u>2º Sem / 2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendas de comissão de agenciamento de seguros	582	1.418	985
Rendas de garantias prestadas	134	316	166
Outras receitas de prestação de serviços	6	16	901
Receitas de prestação de serviços:	<u>722</u>	<u>1.750</u>	<u>2.052</u>
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF	432	681	7
Receitas de confecção de cadastro - PJ	1.441	2.776	1.570
Outras tarifas	88	209	958
Rendas de tarifas bancárias:	<u>1.961</u>	<u>3.666</u>	<u>2.535</u>

22 Despesas com pessoal

	<u>2º Sem / 2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Proventos + Honorários Diretoria	(6.244)	(12.173)	(13.744)
Encargos sociais	(1.847)	(3.802)	(3.659)
Benefícios	(1.153)	(3.074)	(4.121)
Despesas de pessoal:	<u>(9.244)</u>	<u>(19.049)</u>	<u>(21.524)</u>

23 Outras despesas administrativas

	<u>2º Sem / 2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas de outros serviços de terceiros	(7.429)	(14.423)	(12.947)
Despesas de processamento de dados	(13.889)	(28.152)	(14.539)
Despesas de localização e funcionamento	(796)	(2.007)	(2.731)
Despesas de serviços técnicos especializados	(2.626)	(4.550)	(3.718)
Despesas de marketing	(91)	(399)	(1.983)
Despesas de emolumentos judiciais	(628)	(966)	(3.118)
Despesas de serviços do SFN	(1.413)	(2.722)	(1.676)
Despesas de indenizações judiciais	(431)	(982)	(953)
Despesas com amortização	(98)	(183)	(1.645)
Despesas com depreciação	(142)	(288)	(215)
Demais despesas administrativas	(629)	(1.545)	(4.510)
Outras despesas administrativas	<u>(28.172)</u>	<u>(56.217)</u>	<u>(48.035)</u>

24 Despesas tributárias

	<u>2º Sem / 2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
COFINS	(5.751)	(11.693)	(9.339)
PIS	(934)	(1.900)	(1.532)
ISSQN	(154)	(322)	(205)
ITBI/IPTU	(391)	(391)	(1.123)
Outros tributos	81	(360)	(770)
Despesas tributárias	<u>(7.149)</u>	<u>(14.666)</u>	<u>(12.969)</u>

25 Outras receitas operacionais

	<u>2º Sem / 2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Reversão de provisões para pagamentos a efetuar	949	344	122
Reversão de provisão para contingências - Ações cíveis	123	757	4.623
Reversão de provisão para contingências - Trabalhistas	724	902	460
Reversão de provisões sobre garantias prestadas	-	1	31
Reversão de provisões Fiança honrada	70	70	-
Taxa de permanência no recebimento de créditos	4.874	9.335	5.283
Multas no recebimento de créditos em atraso	2.499	5.193	4.830
Recuperação de encargos e despesas	3.744	3.900	1.025
Variações monetárias ativas	778	1.566	438
Rendas de acordos operacionais	227	228	-
Rendas de oper. aquisição de recebíveis	15	38	93
Reembolso de despesa tarifas	311	-	-
Outras rendas operacionais	1.248	2.891	937
Outras receitas operacionais	<u>15.562</u>	<u>25.225</u>	<u>17.842</u>

26 Outras despesas operacionais

	<u>2º Sem / 2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesa com acordos imobiliários	(571)	(996)	(2.088)
Descontos concedidos nos recebimentos de créditos	(5.406)	(7.200)	(2.377)
Variação monetária passiva	(642)	(1.437)	(584)
Desp. atualiz. impostos e contribuições	(181)	(355)	(129)
Provisões para pagamentos a efetuar	(889)	(1.196)	(1.200)
Provisão para contingências - Trabalhistas	(327)	(507)	(383)
Provisão para contingências - Ações cíveis	(54)	(137)	-
Desp_Oper_Reembolso de tarifas	-	(2.165)	(11)
Outras despesas operacionais	(58)	(396)	(2.533)
Outras despesas operacionais	<u>(8.128)</u>	<u>(14.389)</u>	<u>(9.305)</u>

27 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados dos períodos pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	2ºsem/2022		31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contrib.social	1.877	1.877	(28.441)	(28.441)	16.905	16.905
Adições (exclusões) líquidas:						
Provisões com operações de créditos de liquidação duvidosa	(18.854)	(18.854)	34.864	34.864	(3.373)	(3.373)
Provisões para contingências trabalhistas e ações cíveis	433	433	61	61	(1.669)	(1.669)
Demais provisões	2.184	2.184	(3.852)	(3.852)	(4.724)	(4.724)
Juros sobre capital próprio - pagos	(978)	(978)	(978)	(978)	(6.500)	(6.500)
Lei do bem 2021	(1.600)	(1.600)	(1.600)	(1.600)	(1.370)	(1.370)
Despesas indedutíveis	(74)	(74)	51	51	783	783
	(17.012)	(17.012)	105	105	52	52
Compensação	-	-	-	(32)	-	(15)
Base de cálculo tributável	-	-	105	73	52	37
Alíquota efetiva	-	-	(16)	(15)	(8)	(8)
Alíquota adicional	-	-	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	1	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(15)	(15)	(8)	(8)
Ajuste de exercícios anteriores	(9)	(5)	(9)	(5)	921	487
Reversão provisão	5.110	2.907	-	-	-	-
Totais de variações dos impostos e contribuições	5.101	2.902	(24)	(20)	913	479

28 Transações com partes relacionadas

a. Sumário das transações

	31/12/2022				
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração		1	4.734	675	(2.933)
Outras partes relacionadas (1)	10.582	3.085	15.721	4.210	(17.780)
Total	10.582	3.086	20.455	4.885	(20.713)

	31/12/2021				
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração	-	6	393	-	(1.350)
Outras partes relacionadas (1)	19.115	1.722	19.906	1.234	(7.147)
Total	19.115	1.728	20.299	1.234	(8.497)

- 1) As principais despesas referem-se a serviço de cobrança e apoio administrativo, as quais foram equivalentes a R\$17.338, em 2022 (R\$7.537, em 2021).

As captações e as transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazo têm taxa máxima de 140% do CDI e prazo máximo de vencimento em 8 de setembro de 2028.

Outras partes relacionadas

- Os títulos de crédito a receber no total de R\$10.582 (R\$19.115 em 2021) com provisão no total de R\$3.677 (R\$ 3.611 em 2021), referem-se ao saldo em 31 de dezembro de 2022 da carteira de recebíveis de créditos imobiliários adquirida de empresa ligada - Nota Explicativa nº 8.
- Depósitos à vista representados por R\$1.842 (R\$616 em 2021) de pessoa física e R\$1.244 (R\$ 1.122 em 2021) por empresas ligadas.
- Depósitos a prazo compostos de R\$7.212 (R\$6.903 em 2021) de pessoas físicas e R\$13.087 (R\$13.396 em 2021) por empresas ligadas.
- Letras de créditos imobiliários compostas de R\$3.275 (R\$757 em 2021) de pessoas físicas e R\$1.610 de empresas ligadas.

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

29 Resultado não recorrentes

A Administração entende que toda transação que gere receitas e despesas oriundas de suas atividades operacionais e não operacionais e que são recorrentes no seu dia a dia, bem como, as despesas essenciais para o funcionamento da organização são resultadas recorrentes. Resultados não recorrentes, no entendimento da Administração, são aqueles atípicos, que fazendo ou não fazendo parte da operação não são comuns nas atividades da organização. O efeito dos resultados não recorrentes, em 31 de dezembro de 2022, é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado dos exercícios	(12.611)	14.011
Resultado não Recorrente (Reembolso de tarifas)	(2.165)	-
Resultado Recorrente	(10.446)	14.011

30 Gestão de risco e capital

O Banco vem disseminando ao longo dos últimos anos a importância do gerenciamento de riscos e de capital na gestão de seus negócios, o que contribui para o fortalecimento do mercado financeiro e das relações com os seus acionistas e com as partes interessadas.

O gerenciamento de riscos e de capital é parte integrante e fundamental das atividades da Instituição, os quais se encontram alinhados à estratégia e ao modelo de negócio. A gestão rigorosa e abrangente dos riscos proporciona a estabilidade dos resultados financeiros e contribui para a geração de valor para a criação de um banco sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

a. Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte ou pelas contrapartes conectadas, de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento

mitigador; da reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Banco efetua a gestão do risco de crédito por meio da implementação de políticas de crédito específicas destinadas a cada segmento em que o Banco opera e nas quais são evidenciados as alçadas de aprovação, os sistemas operacionais, as rotinas, os limites operacionais, as vedações, a revisão e aprovação do crédito, dentre outras questões relevantes.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira de crédito do Banco são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros aspectos.

b. Risco de Liquidez

É a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como é a possibilidade de a instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez da Instituição tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras, procurando garantir: (i) o pagamento de obrigações e compromissos assumidos com clientes, fornecedores e acionistas; (ii) a capacidade de alavancar o crescimento dos ativos de maneira sustentável, sem comprometer o pagamento dos compromissos assumidos; e (iii) a efetividade de atuação da Instituição nos mais diferentes cenários, efetuando sempre testes para medir a capacidade desta, inclusive, em ambientes mais severos.

c. Risco de Mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Quanto ao risco da Taxa de Juros do Banking Book (RTJBB) ou em inglês Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB), também previsto no artigo 25 da resolução 4557/2017 é definido como o risco atual ou potencial, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição Financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de mercado do Banco consiste na análise detalhada do perfil da carteira e dos fatores de risco a que esta se encontra sujeita e consistem na avaliação dos níveis de exposição e a sua conformidade com as definições internas, visando o enquadramento e o acompanhamento do montante em risco.

Este processo envolve várias áreas que possuem atribuições específicas e garante uma estrutura eficiente na mensuração e no controle do risco de mercado, definindo parâmetros, diretrizes e limites operacionais de exposição ao risco de mercado detido pelo Banco em patamares que propiciem: (i) a proteção dos ativos e dos passivos contra a volatilidade das taxas e dos preços de mercado, incluindo a preservação do capital da Instituição; e (ii) o atendimento às necessidades cumulativas de geração de valor para os acionistas, clientes e contrapartes.

O atual modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente com os cenários formados, o que possibilita

simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Além do acompanhamento diário das exposições dos diversos fatores de risco, o risco de mercado no Banco Semear é avaliado por cinco medidas principais: (i) Value at Risk (VaR); (ii) Testes de Estresse (Stress Testing); (iii) posições; (iv) sensibilidades; e (v) testes de aderências (Backtesting).

d. Risco Operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Tal definição, ainda explicitada na mesma resolução, inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. Em complemento, na definição do acordo de Basileia, excluem-se do conceito os riscos estratégicos e de reputação.

O gerenciamento do risco operacional do Banco é composto por políticas, normas e procedimentos que asseguram o controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, as atividades, os processos, os sistemas e a extensão da exposição aos riscos, proporcionando uma gestão efetiva da Instituição.

O processo de identificação dos riscos operacionais permeia todo o banco, sendo realizado o acompanhamento das ações para mitigação.

O gerenciamento do risco operacional do Banco encontra-se segmentado em duas abordagens, quais sejam: (i) a qualitativa e (ii) a quantitativa.

Qualitativa

A abordagem qualitativa é composta por metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas da Instituição.

Todos os colaboradores que fazem parte ou participam das atividades desenvolvidas na Instituição estão comprometidos com a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais inerentes ao Banco Semear.

Quantitativa

A abordagem quantitativa é composta pelo acompanhamento contábil das perdas originadas pelos incidentes de risco operacional. A área de riscos identifica a origem de sua ocorrência, avalia o risco e os impactos em caso de reincidência, bem como a ocorrência ou não de perda financeira.

e. Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente.

O processo de gerenciamento de risco socioambiental da Instituição conta com uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos que buscam

promover o tratamento adequado das questões socioambientais, minimizando riscos e corrigindo eventuais deficiências identificadas.

Este processo atende a Resolução nº 4.327 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e observa os princípios de relevância e proporcionalidade, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Instituição.

f. Gerenciamento de Capital e Limites Operacionais

A Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) define o “gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a Instituição está sujeita, planejamento de metas e de necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição”.

Com o intuito de garantir a efetividade do gerenciamento de capital, as áreas da Instituição compartilham responsabilidades e controles, sendo que todos os envolvidos acompanham a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizam os riscos e corrigem eventuais deficiências identificadas.

O gerenciamento de capital da Instituição atua de forma a antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças das condições de mercado. Dentro deste contexto, o Banco como objetivo: (i) assegurar a solvência, a liquidez e o adequado nível de retorno sobre o capital; (ii) implantar e manter processos de gerenciamento de capital que possibilitem a identificação e a avaliação dos riscos relevantes; (iii) manter adequado o capital regulatório em conformidade com as regras estipuladas pelo órgão regulador por meio das normas vigentes aplicáveis; (iv) garantir que os processos de gerenciamento de capital cumpram a regulamentação vigente e estejam alinhados com as melhores práticas nacionais e internacionais de gestão; (v) identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos inerentes aos produtos, serviços e operações da Instituição; (v) avaliar os impactos sobre os resultados; e (vi) decidir tempestivamente sobre os limites de exposições aceitos.

Entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, contendo a nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos.

O cálculo do capital regulatório do Banco para a cobertura de risco baseia-se na Resolução nº 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Instituição encerrou o segundo semestre de 2022 com índice de Basileia de 13.55%.

O cumprimento dos limites em relação ao capital regulatório é estritamente observado pelo Conselho de Administração do Banco.

O quadro a seguir demonstra a apuração do índice de Basileia:

**Detalhamento das Margens de Requerimento
Relativamente ao RWA**

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	114.323	124.262
Patrimônio de Referência Nível I	110.263	124.262
Capital Principal – CP	110.263	124.262
	843.773	902.805
Ativos Ponderados por Risco - RWA	774.401	838.891
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada – RWACPAD		
RWA para Risco de Mercado – RWAMPAD	324	947
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada – RWAOPAD	66.047	62.946
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	37.969	35.923
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA	50.626	47.898
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	71.374	63.864
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	72.293	83.636
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	59.636	70.094
Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido	46.821	52.038
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	13,55%	13,76%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	13,07%	13,76%
Índice de Basileia (PR/RWA)	13,07%	13,76%

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes, em conformidade com as determinações emanadas no Pilar III – Circular 3.930 encontram-se disponíveis no site www.bancosemear.com.br.

g. Análise de Sensibilidade

g.1 Cenários de inadimplência e custo de captação

Com o intuito de se avaliar o quão sensível são os principais indicadores de solidez do Banco (Liquidez, Patrimônio Líquido e Índice de Basileia) foi realizada uma análise de sensibilidade levando em consideração três variáveis bem importantes para a realidade do Banco: a inadimplência da carteira de pessoa física; a inadimplência da carteira de pessoa jurídica; o custo de captação de recursos no mercado.

Levando em consideração as três variáveis acima, foram elaborados três cenários baseados no orçamento original.

Os cenários desenhados foram os seguintes:

Descrição cenários	
Cenário 1	Incremento da inadimplência de PF em 20% e de PJ em 15% e incremento do custo de captação em 10%
Cenário 2	Incremento da inadimplência de PF em 40% e de PJ em 30% e incremento do custo de captação em 20%
Cenário 3	Incremento da inadimplência de PF em 60% e de PJ em 45% e incremento do custo de captação em 30%

Com base nesses cenários, os principais resultados esperados para o fechamento do exercício de 2022 são os seguintes:

INDICADOR	Orçamento Original	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Caixa	240.335	234.540	229.948	225.299
Resultado	13.957	10.559	7.900	5.210
PL	133.314	129.916	127.257	124.567
Basileia	13,82%	13,25%	12,81%	12,37%

Em todos os cenários realizados, mesmo no mais pessimista de todos, o Banco mantém níveis de liquidez, de Patrimônio Líquido e Índice de Basileia adequados à sua atividade.

g.2 Sensibilidade de Risco de Mercado

O Banco Semear acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira, com utilização de cenários com aplicação de choque nos fatores de risco que possam causar impactos em sua carteira. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados nas carteiras indexadas às taxas de maior exposição do banco, quais sejam IGPM, IPCA e taxa PRÉ.

Valores em milhares de Reais

dez/22

Mtm em normalidade	164.180		
Choques por bases point	Cenário	MtM em Estresse	Delta
-400 bps	Gravíssimo	145.926	- 18.254
-300 bps	Grave	150.603	- 13.577
-200 bps	Moderado	155.213	- 8.967
-100 bps	Leve	159.742	- 4.438
-	Normalidade	164.180	-
+100 bps	Leve	168.517	4.337
+200 bps	Moderado	172.747	8.567
+300 bps	Grave	176.865	12.685
+400 bps	Gravíssimo	180.868	16.688

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

- CENÁRIO 1 – Leve: situação de deterioração e de elevação de 100 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 2 – Moderado: situação de deterioração e de elevação de 200 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 3 – Grave: situação de deterioração e de elevação de 300 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 4 – Gravíssimo: situação de deterioração e de elevação de 400 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base.

Adicionalmente, a fim de estimar o efeito da variação de determinado fator de risco sobre o PR (patrimônio de referência), Banco executa testes de sensibilidade em que avalia:

- Os ganhos e perdas máximas esperadas no 1º e 99º percentil, calculados a partir de uma série de 252 retornos, apurados a partir do cálculo de VaR da carteira, utilizando metodologia paramétrica com 99% de confiança e horizonte de tempo de um dia escalado para dez dias.
- Quantidade de bases points necessários para causar reduções de 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência. Abaixo apresentamos apenas os fatores de risco onde foi possível determinar pelo menos um dos valores informados.

Fonte: Duxus - Auto - stress - banking legal

nov/22

Fator de Risco	Variação % do Patrimônio		
	-5%	-10%	-20%
Cupom de IGPM	15,47%	42,54%	-
Cupom de IPCA	2,65%	5,96%	17,88%
PRÉ	-0,80%	-1,55%	-3,00%

h. Gerenciamento de Continuidade de Negócio

Para Gerenciamento de Continuidade fazemos o acompanhamento das carteiras e negócios do Banco, visando proteger a imagem e reputação assim como oferecer maior segurança para clientes, parceiros e acionistas, minimizando perdas financeiras e assegurando o nível adequado da estabilidade organizacional.

A Continuidade de Negócios no Banco contempla o gerenciamento da recuperação dos negócios em caso de interrupção e a gestão, por meio de análises, estratégias, treinamentos, testes, revisões e manutenções, a fim de garantir que o plano de continuidade de negócios esteja atualizado e operacional.

31 Outras informações

a) Ouvidoria

Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução CMN nº 4.433/2015. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

b) Resolução CMN nº 4.966

Aprovada em 25/11/2021 a Resolução CMN nº 4.966, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

Estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação a provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

Já em relação a contabilidade de instrumentos destinados a hedge, a avaliação da efetividade de operações de hedge passa a ser prospectiva conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco.

O Banco Central do Brasil (Bacen) ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

O Banco Semear preparou um plano formal, aprovado internamente pelo Conselho de Administração, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

O Banco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Conselho de Administração

Roberto Willians Silva Azevedo
Presidente

Márcio José Siqueira de Azevedo
Vice-Presidente

Lilian Lucia Leão de Azevedo Pessoa
Conselheira

Ilvio Braz de Azevedo
Conselheiro

Diretoria

Roberto Willians Silva Azevedo
Presidente

Arthur Soares Campos
Diretor

Bruna Luisa Capellini Vilela
Diretora

Contadora responsável

Maria Aparecida F. de Souza Costa
CRC-MG: 48852/O-2
